

CONQUISTA DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E A PRODUTIVIDADE DA TERRA

Eliseu Alves

Quando, anteriormente, referimos que a demanda de alimentos exigiu políticas econômicas que fizessem a oferta crescer aceleradamente, a opção foi pela expansão da área agricultável. Além do mais, no período de substituição de importações, desestimulou-se a modernização da agricultura, taxando os insumos modernos, tabelando os preços dos produtos agrícolas ou, então, taxando-os via taxa de câmbio sobrevalorizada. A partir de 1965, com a implantação e o desenvolvimento da indústria de insumos modernos, procurou-se compensar a agricultura pelos preços mais elevados que pagava a estes insumos, subsidiando a taxa de juros do crédito agrícola. Mas, uma parcela substancial dos agricultores ficou à margem dos benefícios do crédito subsidiado, por não ter acesso aos bancos. Esta parcela de agricultores, composta de pequenos e médios lavradores, é a responsável principal pelo abastecimento de mandioca, arroz e feijão. Por isto, não é surpresa que os rendimentos destes produtos permanecessem estagnados ou mesmo decrescessem. De 1979 para cá, melhorou o acesso dos pequenos produtores ao crédito, através da simplificação dos procedimentos e do estabelecimento de taxas de juros mais favorecidas.

A opção pela expansão da área agricultável trouxe como corolário a falta de apoio às instituições de pesquisa agrícola e aos cursos de ciências agrárias. A Pós-graduação se implantou no País na década de 60, mas seu maior crescimento verificou-se na década de 70. O Ministério da Agricultura, praticamente, iniciou as atividades de pesquisa em 1938, mas só as expandiu, assim mesmo lentamente, no após-guerra. Os estados não deram maior atenção à pesquisa agropecuária, com exceção de São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Minas Gerais e Bahia. E, assim mesmo, só São Paulo foi capaz de manter instituições de melhor nível, a partir da criação do Instituto Agrônomo de Campinas, em 1887.

No início da década de 70, o Governo Federal resolveu ampliar as atividades de pesquisa agrícola, porque compreendera não ser possível fazer crescer a oferta de alimentos, como a demanda exigia, via expansão da fronteira agrícola. Estimou-se que a expansão da fronteira agrícola daria uma contribuição anual de 3% e ficariam faltando 3% para completar os 6% de crescimento da demanda de alimentos e fibras. Estes 3% que faltavam teriam que vir através do incremento de produtividade da agricultura.

Entendeu-se também que os resultados de pesquisa são específicos quanto ao local. Os dos países avançados aqui não se adaptam, a não ser em

casos raros. E o mesmo é válido para as grandes regiões do País. Não há, assim, como fugir, num país, das dimensões do Brasil, da necessidade de desenvolver instituições de pesquisa, sendo o mesmo válido para cada um dos nossos estados.

Com base na idéia de que os resultados de pesquisa são transferíveis de país para país ou de região para região, tentou-se estimular, nas décadas de 50 e 60, o crescimento da produtividade da agricultura, desenvolvendo-se o Serviço de Extensão Rural e ampliando-se, de maneira notável, os recursos do crédito rural para a compra de insumos modernos. Houve sucessos apenas nos casos de produtos bem contemplados pela pesquisa, como hortaliças, café, algodão, cacau e alguns outros.

Ficou, então, evidente que os instrumentos da política agrícola que visam o estímulo da produtividade têm efeitos muito limitados, sem a existência de uma capacidade nativa geradora de tecnologias que respondam às necessidades dos agricultores.

Esses fatos levaram a uma mudança de rumo da política agrícola que passou a enfatizar a pesquisa agropecuária, a partir de 1973. E, em dez anos, o Brasil alcançou a posição de maior investidor, neste campo das ciências, entre os países em desenvolvimento.

É, contudo, fácil de entender que os desenvolvimentos havidos, com o advento da EMBRAPA, em 1973, não puderam afetar sensivelmente os índices da produtividade da terra, no período que vamos analisar: 1949-1979.

Em resumo, as possibilidades de expansão da fronteira agrícola levaram o Governo a optar por uma política agrícola que não estimulou o incremento da produtividade da terra e que não deu apoio às instituições de pesquisa agrícola, a não ser mais recentemente, quando ficou evidenciada a necessidade de aumentar a produtividade da terra.

Algumas evidências

Dispomos de uma série histórica para treze produtos, no período de 1947-1981. No caso da soja, essa série inicia em 1948. Construiu-se a média móvel de cinco anos, para quantidade e área, e, em seguida, calcularam-se os rendimentos.

O período original transformou-se, com as médias móveis de cinco anos, para 1949-79, perdendo-se dois anos no início e dois no final da série.

Dividiu-se o período em dois subperíodos. O de 1949-58 apresenta o período de substituição de importações, quando não houve interesse em aumentar

a produtividade da terra. Antes, pelo contrário, procurou-se encarecer o preço dos insumos químico-biológicos. O de 1961-79 representa o período de promoção das exportações, no qual as discriminações da agricultura foram menores.

Os produtos abrangidos excluem bovinos, suínos e aves. Os dois últimos produtos sofreram uma revolução tecnológica que transformou a produção em atividade industrial. Bovinos permaneceram, do ponto de vista da produtividade da terra, estagnados. O aumento da produção é explicado pelo aumento da área de pastagens. No caso de suínos e aves, não tem sentido calcular os rendimentos da terra, visto ocuparem área desprezível, como atividade industrial.

Para cada produto, com base na média móvel, foi calculada a taxa geométrica anual para cada subperíodo e para 1949-79, sendo r_1 a taxa geométrica anual de crescimento da produção; r_2 a da área; e r_3 a dos rendimentos (produto por hectare). É fácil demonstrar que $r_1 = r_2 + r_3 + r_2 \cdot r_3$. Na Tabela 21, no lugar de produção, aparece Total. Isto porque distribuimos o produto $r_2 \cdot r_3$. Esse produto teve valor muito pequeno, mesmo desprezível, à exceção da soja, no Nordeste, no período 1949-58. Neste caso, deixamos de fazer a distribuição.

As regiões estudadas são Nordeste, Sul e Sudeste. Deixou-se de lado o Norte e o Centro-Oeste, por serem regiões onde o forte é a expansão da fronteira agrícola e por serem os dados menos precisos.

Esse tipo de decomposição é clássico na literatura da economia rural. Não é muito revelador no Brasil de hoje. Em primeiro lugar, para algumas culturas, foi o desenvolvimento tecnológico que permitiu a expansão da área agricultável: café nos Cerrados de São Paulo e Minas Gerais; soja em Minas Gerais, Centro-Oeste e Nordeste. Toda a conquista dos Cerrados foi possível em vista dos estudos de fertilidade de solos e outros desenvolvimentos. Em segundo lugar, porque a preocupação moderna com o desenvolvimento tecnológico é na direção de poupar insumos modernos e reduzir custos. As tecnologias criadas nem sempre aumentam a produtividade da terra. O caso mais dramático é o da soja, cultura de patamar da produtividade elevada entre nós e na qual a pesquisa objetiva muito mais reduzir o custo de produção do que aumentar o rendimento por hectare.

Mas, inegavelmente, a quase totalidade das nossas culturas ainda tem rendimentos por hectare muito baixos, por isso, é correta a preocupação de aumentá-los sensivelmente.

A Tabela 21 comporta as seguintes observações:

1. O grupo de produtos de consumo tradicional — arroz, feijão e mandioca — teve os rendimentos estagnados, com pequena tendência a decrescer, no

TABELA 1. Taxas geométricas de crescimento anual dos rendimentos e das áreas cultivadas, e o total destas taxas (%).

Produtos	Regiões	1949/58			1961/79			1949/79		
		Total	Área	Rend.	Total	Área	Rend.	Total	Área	Rend.
Arroz	Nordeste	9,6	9,1	0,5	3,4	4,6	-1,2	6,4	6,5	-0,1
	Sudeste	0,9	1,0	-0,1	-2,6	-1,5	-1,1	-1,0	-0,3	-0,7
	Sul	5,1	6,1	-1,0	3,8	3,0	0,8	4,7	4,1	0,6
	Brasil	4,0	4,3	-0,3	2,7	3,4	-0,7	3,6	4,0	-0,4
Feijão	Nordeste	4,1	4,6	-0,5	0,8	3,6	-2,8	2,7	4,4	-1,7
	Sudeste	1,7	1,7	0,0	1,2	1,7	-0,5	0,9	1,5	-0,6
	Sul	3,0	3,6	-0,6	1,7	3,3	-1,5	2,6	3,5	-0,9
	Brasil	3,1	3,4	-0,3	1,3	3,1	-1,8	2,1	3,3	-1,2
Mandioca	Nordeste	2,3	2,9	-0,6	3,0	3,6	-0,6	2,9	3,4	-0,5
	Sudeste	2,9	2,4	0,5	-1,1	-0,8	-0,3	0,7	0,7	0,0
	Sul	3,6	3,6	0,0	-0,4	-0,4	0,0	1,4	1,3	0,1
	Brasil	3,0	3,1	-0,1	1,5	2,3	-0,8	2,4	2,8	-0,4
Batata-inglesa	Nordeste	8,1	8,9	-0,8	-10,1	-9,2	-0,9	-3,2	-2,6	-0,6
	Sudeste	5,6	2,4	3,2	2,5	-1,2	3,7	3,6	0,1	3,5
	Sul	4,2	4,1	0,1	4,3	0,9	3,4	3,9	1,8	2,1
	Brasil	5,0	3,6	1,4	3,3	-0,1	3,4	3,7	1,1	2,6
Tomate	Nordeste	8,4	7,2	1,2	6,2	-0,1	6,3	6,2	2,5	3,7
	Sudeste	14,0	9,0	5,0	6,2	3,9	2,3	8,9	5,7	3,2
	Sul	10,8	9,6	1,2	12,9	6,0	6,9	12,6	7,6	5,0
	Brasil	12,1	8,6	3,5	6,8	2,7	4,1	8,5	4,8	3,7

TABELA 1. Continuação.

Produtos	Regiões	1949/58			1961/79			1949/79		
		Total	Área	Rend.	Total	Área	Rend.	Total	Área	Rend.
Cebola	Nordeste	26,1	12,5	13,6	6,0	2,1	3,9	11,2	5,5	5,7
	Sudeste	3,2	1,4	1,8	10,1	2,5	7,6	6,8	1,8	5,0
	Sul	6,4	7,2	-0,8	4,5	3,1	1,4	4,9	4,4	0,5
	Brasil	7,0	5,4	1,6	6,5	2,8	3,7	6,1	3,5	2,6
Laranja	Nordeste	2,6	3,3	-0,7	8,9	7,9	1,0	6,3	6,1	0,2
	Sudeste	2,9	2,9	0,0	11,0	9,6	1,4	8,2	7,5	0,7
	Sul	2,6	1,5	1,1	1,9	1,7	0,2	2,2	1,7	0,5
	Brasil	2,8	2,6	0,2	9,5	8,4	1,1	7,0	6,4	0,6
Milho	Nordeste	3,0	3,7	-0,7	-0,2	2,5	-2,7	1,8	3,4	-1,6
	Sudeste	1,9	2,2	-0,3	2,1	0,6	1,5	2,3	1,3	1,0
	Sul	4,4	4,3	0,1	5,3	3,8	1,5	5,0	4,0	1,0
	Brasil	3,3	3,5	-0,2	3,9	2,7	1,2	3,9	3,1	0,8
Soja	Nordeste	104,0	34,6	51,6	4,7	6,8	-2,1	24,7	12,5	12,2
	Sudeste	51,2	49,5	1,7	36,5	33,9	2,6	36,6	34,7	1,9
	Sul	31,9	32,2	-0,3	22,7	20,8	1,9	25,1	24,4	0,7
	Brasil	32,2	32,5	-0,3	23,9	22,0	1,9	25,8	25,2	0,6
Algodão	Nordeste	4,1	4,2	-0,1	-1,0	1,8	-2,8	1,6	3,0	-1,4
	Sudeste	-0,4	-4,0	3,6	-1,4	-3,9	2,5	-0,3	-3,6	3,3
	Sul	13,8	10,9	2,9	4,2	2,7	1,5	8,6	5,8	2,8
	Brasil	2,2	1,1	1,1	0,2	0,9	-0,7	1,8	1,4	0,4

TABELA 1. Continuação.

Produtos	Regiões	1949/58			1961/79			1949/79		
		Total	Área	Rend.	Total	Área	Rend.	Total	Área	Rend.
Cana-de-açúcar	Nordeste	4,2	4,1	0,1	4,5	3,7	0,8	4,4	3,8	0,6
	Sudeste	6,3	5,5	0,8	5,5	3,8	1,7	5,7	4,4	1,3
	Sul	4,7	1,9	2,8	2,5	0,1	2,4	3,6	1,0	2,6
	Brasil	5,4	4,7	0,7	4,8	3,4	1,4	5,1	3,9	1,2
Café	Nordeste	4,9	4,0	0,9	-1,0	-4,0	3,0	1,6	-0,8	2,4
	Sudeste	6,4	2,5	3,9	0,2	-3,8	4,0	3,1	-1,7	4,8
	Sul	22,7	18,4	4,3	-7,6	-4,3	-3,3	3,9	3,4	0,5
	Brasil	10,4	5,3	5,1	-2,5	-4,0	1,5	3,1	-0,7	3,8
Cacau	Nordeste	3,2	5,4	-2,2	3,7	0,3	4,0	2,9	1,7	1,2
	Sudeste	6,2	8,4	-2,2	4,3	0,5	3,8	4,5	3,7	0,8
	Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Brasil	3,2	5,3	-2,1	3,6	-0,2	3,8	2,9	1,7	1,2

Fonte: Para dados primários, IBGE. Elaboração da EMBRAPA-DDM-DMQ.

período de 1949-79. O período de 1961-79 acentuou essa tendência. Os produtores mais avançados entenderam a mudança da estrutura da demanda e abandonaram esses produtos à sorte dos pequenos e médios agricultores que, a não ser muito recentemente, foram discriminados pela política de crédito rural. No Nordeste, onde se encontram os maiores índices de pobreza do Brasil, e que tem a demanda desses produtos ainda crescendo a taxas elevadas, houve maior reação de oferta, mas através da expansão de área, como também ocorreu nas outras regiões.

2. As hortaliças — tomate, cebola e batata-inglesa — foram os produtos que apresentaram os mais elevados índices de crescimento dos rendimentos por hectare. Trata-se de produtos bem aquinhoados pela ciência, cultivados perto das cidades, onde os mercados de insumos, produtos e informação funcionam muito mais perfeitamente.

3. Os exportáveis apresentaram desempenho razoável. O algodão migrou da região Sudeste para a região Sul. Mas, apesar de ter diminuído a sua produção, isto ocorreu via área agricultável. Trata-se de um produto que muito se beneficiou das pesquisas do Instituto Agrônomo de Campinas. A sua expansão no Paraná deve-se muito aos resultados de pesquisas do Instituto Agrônomo de Campinas e, mais recentemente, do IAPAR do Governo do Paraná.

A soja importou tecnologia já avançada dos Estados Unidos e se implantou no Sul e Sudeste, já com produtividade elevada. Os resultados da pesquisa permitiram uma ampliação razoável dos rendimentos, considerando-se o patamar já elevado dos rendimentos iniciais. Mas a maior conquista foi na criação de cultivares adaptadas a todo o território nacional e na redução dos custos da produção, por intermédio de maior índice de fixação de nitrogênio atmosférico e de técnicas de controle integrado de pragas que reduziram dramaticamente o consumo de inseticidas.

A cana-de-açúcar tem comportamento interessante. No Nordeste, é pequena a participação do incremento dos rendimentos no grande incremento de produção que sofreu. Houve, sim, expansão da área agricultável. No Sudeste e Sul, especialmente no Sul, os rendimentos explicam maior parcela do aumento da produção. Cana-de-açúcar é cultura cujas pesquisas datam dos anos 30 e com rendimentos já bem elevados no Sudeste e Sul, como também em Alagoas, no Nordeste. O esforço da pesquisa procura muito mais reduzir os custos de produção do que aumentar os rendimentos. Mas há ainda muito espaço para o aumento dos rendimentos, tendo-se em conta os resultados obtidos por São Paulo e alguns países.

As pesquisas de café datam do início da década de 30. Constituíram uma das principais prioridades do Instituto Agrônomo de Campinas que produziu

novas variedades e técnicas de cultivo que se disseminaram pelas regiões Sul e Sudeste e, mais recentemente, pelo Nordeste e Norte. Já no período de 1949-58, os resultados da pesquisa contribuíram sensivelmente para o aumento da produtividade por hectare e expansão da cultura no Paraná. No período de 1961-79, houve redução da produção nas três regiões, mas, mesmo assim, os rendimentos ainda cresceram a taxas elevadas, à exceção da região Sul. Em larga medida, deveu-se isto à pesquisa e ao Plano de Recuperação da Lavoura Cafeeira, neste período, posto em prática.

O cacau é exemplo lapidar daquilo que a pesquisa é capaz de fazer. A CEPLAC, criada no final dos anos 40, empreendeu amplo e sofisticado programa de pesquisa, aperfeiçoando as técnicas de manejo, adubação e plantio e criando híbridos, com potencial de produtividade muito elevado. Como resultado de seu trabalho, o Brasil recuperou a posição no mercado internacional e hoje, caminha para ser o maior produtor. A taxa de crescimento dos rendimentos explica, na quase totalidade, o crescimento da produção.

4. Em condições de ambiente favoráveis, quando há resultados de pesquisa e a política agrícola é menos discriminativa, o agricultor nordestino é capaz de assimilar a tecnologia moderna. Perdem, assim, muito de sua relevância os argumentos que procuram explicar o atraso da agricultura do Nordeste em função de fatores culturais e ligado à estrutura fundiária.

O Nordeste foi a região, das três consideradas, a que menos investiu em pesquisa agrícola, tanto a nível de Governo Federal como Estadual.

As políticas do período de substituição da importação discriminavam fortemente a agricultura nordestina, transferindo recursos desta para os pólos industriais do Centro-Sul.

No que diz respeito às áreas mais afetadas pela seca, limitou-se à construção de açudes, com impacto ínfimo, como ajuda à irrigação. Nessas áreas sujeitas a estiagens prolongadas, não há como aumentar a produtividade da terra a não ser pela irrigação. E mesmo no campo da pesquisa, muito pouco lá se fez em favor da irrigação. Conseqüentemente, os decréscimos de produtividade observados, ou a sua estagnação, foram coerentes com a política agrícola posta em prática.

Considerações finais

Os dados analisados contam uma história muito coerente com a política econômica do período em análise.

A política primou por criar facilidades para a conquista da fronteira

agrícola, como a construção de estradas e obras de infra-estrutura. A expansão da área agricultável explicou, então, os acréscimos de produção, na sua maior parte, pelo menos no período de substituição de importações.

A política econômica encareceu os preços dos insumos modernos. Taxou as importações. Depois que a indústria se instalou no País, criou barreiras alfandegárias que fizeram com que os preços internos fossem bem superiores aos externos. Tabelou os preços dos produtos da agricultura e coibiu as exportações. Negou apoio às instituições da pesquisa agrícola. Resultado: a produtividade da terra só cresceu em algumas explorações que se beneficiaram do esforço de alguns Governos Estaduais que investiram em pesquisa, como São Paulo.

A partir de 1965, a política econômica foi bem menos madastra para a agricultura. Procurou compensar o diferencial de preços existentes no mercado externo e interno, com o subsídio ao crédito rural. Apoiou as instituições de Extensão Rural e, a partir de 1973, as de pesquisa. Continuou, contudo, a enfatizar a expansão da fronteira agrícola. Resultado: os produtos mais beneficiados pela pesquisa aumentaram a produtividade por hectare, principalmente nas regiões onde o esforço da pesquisa e o apoio à política econômica foram maiores. Ainda é substancial a influência, nos ganhos de produção, da conquista da fronteira agrícola, pois, na expansão dela, residiu a maior ênfase da política, mesmo em período recente.

A crise do petróleo que se instalou em 1973, encareceu os custos de transportes, insumos modernos e construção de obras de infra-estrutura. A fronteira que nos resta está situada na região amazônica, longe dos mercados consumidores, de solos pobres, e ainda desconhecida da ciência. É importante acentuar que estamos entrando num período onde o aumento da produtividade da terra custará muito menos que a ampliação da fronteira. Além do mais, já não há mais abundância da mão-de-obra que permitiu a ocupação do País a custos muito baixos. A conquista da fronteira exigirá, agora, hospitais, estradas e salários elevados.

Por outro lado, pesa a favor da expansão da fronteira agrícola a redução das tensões que o acesso à terra dá. E as novas fronteiras em Rondônia, Acre, Roraima, Pará, Mato Grosso, Goiás e Maranhão absorvem os pequenos proprietários que migram do Sul do País e do Nordeste, reduzindo, inclusive, a intensidade dos fluxos migratórios rural-urbanos.

Há sinais de que manter os migrantes nestas áreas distantes é dispendioso, em termos de preços mais elevados que é necessário pagar pelo que produzem. Por outro lado, as dificuldades do meio ambiente e a escassez de mão-de-obra pressionam em favor de uma tecnologia mais moderna. E a ironia está em que expandimos a fronteira agrícola para reduzir os investimentos em aumento da produtividade e, agora, teremos que fazê-los em regiões menos propícias!

Chegamos ao ponto em que a industrialização drenou parcelas substanciais de mão-de-obra do meio rural. Tudo indica que a migração rural-urbana não perderá ímpeto, não obstante as dificuldades econômicas que enfrentamos. Somos mais de 120 milhões de habitantes e crescemos ainda a taxas elevadas, embora declinantes. Cerca de 70% da população encontra-se nas cidades e o processo de urbanização seguirá sua marcha, provocando mudanças de hábitos de consumo que alongam a cadeia alimentar de planta-homem para planta-animal-homem e que demandam alimentos menos exigentes no que respeita ao tempo de preparação no lar e consumo de energia. Dispomos de um poderoso complexo urbano-industrial e de estradas e meios de comunicação desenvolvidos. Enfrentamos uma crise em nossas contas com o Exterior, onde há um grande débito que precisa ser pago.

O meio rural também evoluiu muito. O contrato de trabalho perdeu o caráter paternalista e feudal. Hoje, basicamente, é capitalista. Aumentou-se, assim, a capacidade de a agricultura expulsar mão-de-obra, em épocas de crise. Como o homem que deixa o campo lá não retorna como morador, levar a recessão à agricultura é sinônimo de explodir os fluxos migratórios na direção das cidades!

A agricultura é ainda uma grande empregadora: cerca de 30% da mão-de-obra ativa do País. Nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste já é muito mecanizada.

Ocupa uma base territorial de grande expressão. Em lavouras, permanentes e temporárias, 49,2 milhões de hectares, em 1980. Os estabelecimentos agropecuários já se apropriaram de 369,6 milhões de hectares que equivalem a cerca de 43,7% da área dos estados e territórios. A agricultura chegou à região amazônica, onde se encontra a nossa maior reserva de fronteira agrícola. Essa apropriação foi muito mais intensa nas décadas de 60 e 70. A produtividade da agricultura é muito baixa em relação à área de lavouras e à apropriada pelos estabelecimentos. Muito há ainda a ganhar em termos de intensificar a agricultura e mesmo expandi-la, mas agora, através da margem interna dos estabelecimentos (Tabela 22).

Seu desempenho, no passado, foi suficiente para manter a disponibilidade interna de alimentos e ampliar as exportações. Respondeu, agilmente, na direção dos alimentos que corresponderam às mudanças de hábitos de consumo e à abertura para o mercado externo. A partir dos anos 60, os índices de produtividade da terra e do trabalho começaram a evoluir e como os níveis são baixos, muito há ainda a progredir.

TABELA 2. Áreas dos estabelecimentos agropecuários em relação às áreas das grandes regiões (%).

Grandes regiões	1940	1950	1960	1970	1980
Brasil	23,4	27,5	29,6	34,8	43,7
Norte	7,2	6,5	6,6	6,5	12,0
Nordeste	27,8	37,8	40,8	48,2	58,1
Sudeste	62,6	67,2	70,1	75,6	80,5
Sul	56,1	63,0	69,4	80,9	85,7
Centro-oeste	21,4	28,5	31,9	43,5	61,4

Fonte: Fundação IBGE.

Suportou forte discriminação da política econômica, a partir da década de 50. Mas, agora, por ser aquilo que se buscou para ela — capitalista — é capaz de reagir mais rapidamente à queda dos preços de seus produtos em relação ao dos insumos que utiliza, levando a fome às cidades e criando sérias complicações para as contas externas. Ficou, também, muito dependente das cidades porque a maior parte do que produz é comercializado. Por isto, a agricultura está vivamente interessada em que se mantenha o emprego nas cidades, em nível elevado, e que as políticas de distribuição de renda avancem, pois, assim, seu mercado será ampliado.

A área média incorporada pelos estabelecimentos agropecuários cresceu de 52 hectares, em 70, para 60 hectares, em 1980, nas regiões Sul e Sudeste, que experimentaram intenso movimento migratório, tanto rural-rural na direção das regiões do Norte e Centro-Oeste como rural-urbano. No Nordeste este acréscimo foi de 34 para 36 hectares.

No Norte, de 89 para 104 hectares e, finalmente, no Centro-Oeste de 223 para 430 hectares. Norte e Centro-Oeste são duas regiões que ganharam população rural, mas ampliaram, mais do que proporcionalmente ao ganho da população, a área média dos estabelecimentos, via conquista da fronteira agrícola.

No passado, foi possível aliviar as tensões do meio rural, no Sul, Sudeste e Nordeste, através do processo migratório que drenou contingentes avultados da população. A expansão da fronteira agrícola do Norte e Centro-Oeste teve papel importante, principalmente na última década. Como os estabelecimentos agropecuários já se apropriaram de 369,6 dos 845,6 milhões de hectares de que o Brasil dispõe, é difícil imaginar que seja necessário ampliar, ainda mais, esta incorporação. Pois ela requer investimentos em estradas, obras de infraestrutura e as regiões em que a apropriação de área se verifica atualmente,

encontram-se distantes dos principais mercados e são de ecologia difícil para a agricultura. A redução do ímpeto da conquista da fronteira agrícola aumentará os problemas para encontrar áreas para os colonos que ainda migram, em grande número, para o Norte e Centro-Oeste, em busca de terra a preços acessíveis. A pressão para que se faça desmembramento de imensas áreas apropriadas por poucos, e que se encontram muito pouco exploradas, deverá crescer, levando o Governo a tomar medidas concretas. É bem verdade que os intensos fluxos migratórios rural-urbanos deverão reduzir essas tensões. O encarecimento das taxas de juros de crédito rural e o decréscimo da atividade econômica redundarão em menor pressão de compra de terra pelos médios e grandes proprietários e, assim, os pequenos proprietários e minifundiários perderão o estímulo de migrar, porque serão menores os recursos financeiros que acumularão, pela venda de imóveis rurais.

O bom-senso econômico indica, portanto, que é chegada a hora de estimular, ainda mais, o incremento da produtividade nas áreas velhas. Programas de recente criação, como o PROFIR e PROVÁRZEAS, visam ampliar a agricultura irrigada, porque é com a irrigação que se obtém maior impacto sobre a produtividade da terra e da mão-de-obra e com menores custos de energia por unidade de produto. O apoio dado às atividades de pesquisa e extensão rural tem a mesma finalidade.

A grande mudança institucional da agricultura, agora em bases capitalistas, predispôs a população rural para a migração. Todos sentimos a necessidade de, pelo menos, reduzir a intensidade dos fluxos migratórios. O Nordeste é a região que será o alvo principal de programas com esse objetivo. É a menos urbanizada do País. Em 1980, lá ainda viviam cerca de 45% da população rural do Brasil. Os programas têm como público alvo os pequenos produtores. Procurarão minorar os efeitos da seca. A tecnologia difundida, de baixo custo em recursos financeiros, é assimilável pelos pequenos produtores. As frentes de trabalho contra a seca têm a mesma razão de ser, pois procuram manter o homem ligado à terra. Têm o mesmo objetivo as taxas mais baixas de juros, no crédito rural para os pequenos produtores.

Outro programa importante visando o bem-estar é o de colonização e titulação da terra.

Investimentos mais diretos no homem, como em escola primária e saúde no meio rural, requerem recursos que não temos. Nesta área, não se pode esperar muito. Aliás, esta tem sido a tradição brasileira e a do mundo ocidental. Por isso que, no Ocidente, ninguém quer viver na roça!

Necessitamos ampliar a produção. A população cresce a taxas elevadas; as metas do PROÁLCOOL, de exportação e substituição de importação. A avenida mais fácil é a de aumento da produtividade da terra. Também não há

como fugir à mecanização. Mão-de-obra é escassa no meio rural. Sem o aumento da produtividade da agricultura, não há, assim, como abastecer o mercado interno e ainda produzir energia e aumentar as exportações de produtos primários. Com a abertura política, a população urbana não suportará redução do suprimento alimentar. Reagirá às filas, e a agitação social voltará às ruas das cidades.

Finalmente, estamos no limiar de mais uma mudança na política agrícola e os subsídios ao crédito rural estão sendo rapidamente retirados. Deseja-se desobstruir o mercado da intervenção do Governo e permitir que a economia aproxime-se, um pouco mais, do paradigma da competição perfeita.

O impacto existirá. Qual a direção dele? — Eis a questão.

Exploremos algumas linhas de raciocínio.

Uma delas é esta: A agricultura do Centro-Sul, onde estão mais de 70% da produção, necessita, para produzir, de fertilizantes, óleo diesel, máquinas e equipamentos, defensivos etc. O encarecimento dos preços destes insumos em relação ao dos alimentos reduz rapidamente o consumo dos insumos, com forte impacto negativo na produtividade da terra. Além do mais, a expansão da área se faz sobre terras pobres que necessitam desses insumos. Perde-se, assim, duas vezes: não se expande a área e reduz-se a produtividade da terra. A retirada do subsídio ao crédito agrícola corresponde a um acréscimo nos preços dos insumos modernos. Então, a única maneira de fazer a produção crescer ou, pelo menos, manter o atual nível (o que significa diminuir a disponibilidade de alimentos *per capita*, pois a população cresce) é aumentar os preços dos alimentos. Ora, isto aumenta as taxas de inflação e também significa redistribuir renda a favor dos ricos, pois os pobres são os que mais consomem alimento. Outra forma seria manter os preços a nível de consumidor e elevar a nível de produtor e, assim, voltariam os subsídios que se deseja eliminar. Resta, finalmente, importar. Mas, desejamos reduzir as importações!

A outra linha de raciocínio é menos drástica. Procura atenuar o impacto dos preços dos insumos modernos sobre a alimentação.

Quem produz alimentos — arroz, feijão, mandioca, milho e leite — são pequenos e médios produtores. Estes não modernizam sua agricultura e, portanto, estão à margem dos problemas postos pelo incremento dos preços dos insumos modernos.

Na agricultura, quem consome insumos modernos é o café, cana-de-açúcar, soja, algodão, cacau, enfim, os produtos de exportação e de energia. Uma redução de produção, como o Brasil pesa no mercado internacional, pode ser compensada por preços proporcionalmente mais elevados. No final das con-

tas, sairíamos ganhadores. Além do mais, o subsídio a insumos modernos levou ao desperdício e as firmas de insumos modernos, em vista da proteção que têm contra a competição internacional, aumentaram exageradamente os preços destes insumos. Desta forma, a retirada do subsídio ao Crédito Rural levaria a uma maior eficiência de uso dos insumos a nível de fazenda e de indústrias, as quais teriam que reduzir custos e também os lucros.

Na verdade, o Brasil vai ter que conviver com um sistema misto de prioridades da política agrícola, tendo-se em conta a agricultura comercial do Centro-Sul e do Nordeste, que é ainda o grande bolsão da agricultura de subsistência. Ela tem condições de lá perdurar por longo período, a não ser que se invista muito em educação primária, no meio rural. No nosso modo de entender, a região Amazônica se desenvolverá com um padrão tecnológico próximo da agricultura comercial, embora o cenário de lá seja muito confuso ainda. Convivem, lado a lado, a agricultura comercial (de tecnologia sofisticada) e a agricultura tradicional (que caminha na floresta, mas não a domina).